

# Mulher



Secretaria da Mulher  
Central dos Trabalhadores  
e Trabalhadoras do Brasil

## de Classe

REVISTA DA CENTRAL DOS TRABALHADORES E  
TRABALHADORAS DO BRASIL - Nº 7 - DEZEMBRO DE 2017

liderança

**FEMININA**



MULHER DE CLASSE é uma publicação da Secretaria da Mulher Trabalhadora da CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

DIREÇÃO EXECUTIVA  
Presidente: Adilson Araújo

CONSELHO EDITORIAL  
Alaíde Bagetto, Celina Arêas, Ivânia Pereira, Kátia Gaivotto, Marilene Betros, Mary Garcia Castro e Mônica Custódio.

Coordenação: Celina Arêas  
Jornalista Responsável: Natália Rangel (MTB 35.648/SP)  
Equipe de Comunicação: Danilo Ribeiro, Laldert Castello Branco, Marcos Ruy, Natália Rangel.  
Projeto Gráfico: Luciana Sutil  
Designer Gráfico: Danilo Ribeiro  
Edição Digital

**CTB, 10 Anos**

Sob a marca da luta e da resistência, a CTB completou no dia 12 de dezembro dez anos de história. Uma central de luta, que está à frente dos atos, paralisações e greves contra a aprovação de medidas que penalizam a classe trabalhadora.  
**Vida longa!**

portalctb.org.br @portalCTB

# MULHERES DA CTB: uma luta classista

Ao completar 10 anos, a CTB não só reafirma seu projeto de sindicalismo classista e seu compromisso em construir um projeto nacional que tenha por centro a valorização do trabalho, como também referenda a luta em defesa da igualdade de direitos e o compromisso com o avanço social. E nesta luta, vale ressaltar que, embora as conquistas acumuladas pelo movimento feminista sejam inegáveis e dignas de comemoração, ainda há muito a ser feito. As mulheres representam hoje em torno de 46% da força de trabalho ocupada no país, mas em média recebem salários inferiores aos dos homens, ocupam postos mais precários e desvalorizados, amargam um índice de desemprego maior e são discriminadas. Na política, a ampliação da presença da mulher no Parlamento e nos governos deve constar como uma prioridade na agenda das mulheres para 2018. Eleger uma grande bancada feminista em todos os âmbitos da disputa é tarefa fundamental.

É igualmente indispensável apoiar as candidatas e candidatos comprometidos com a luta das mulheres e da classe trabalhadora em defesa da igualdade, da democracia e dos direitos sociais. O capitalismo discrimina as mulheres, assim como os negros, para explorar mais e aumentar as taxas de lucros. Isto confere à luta das mulheres na atualidade uma dimensão classista, pois a libertação do gênero passa a pressupor a luta contra o capitalismo, a discriminação salarial e a exploração imposta pelas classes dominantes.

A resistência na defesa de tudo que conquistamos até aqui deve ser o fio condutor de nossas lutas. A unidade e fortalecimento do movimento

“A ampliação da presença da mulher no parlamento e nos governos deve constar como prioridade na agenda para 2018”

sindical é fundamental para resistir ao retrocesso imposto pelo golpe do capital sobre a classe trabalhadora brasileira. Para avançar em todas estas lutas, é preciso fortalecer o movimento sindical - pressuposto para a boa condução da batalha dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil. É com essa inspiração que a CTB comemora seus 10 anos e reafirma seu compromisso de seguir firme na luta e na resistência na defesa de bandeiras históricas como os direitos sociais, a democracia, a soberania e a valorização do trabalho, fundamentais para a edificação de uma sociedade menos desigual e mais inclusiva.



**Adilson Araújo**  
Presidente Nacional da CTB



Rua Cardoso de Almeida, 1843  
Sumaré - São Paulo - SP  
CEP 012501-001  
Fone: (11) 3106-0700  
E-mail: imprensa@portalctb.org.br



## Até QUANDO?

A luta por igualdade de gênero em uma conjuntura de retrocessos e retirada de direitos em todas as áreas é o desafio da nova secretária da mulher da CTB

Quantas mulheres de luta são necessárias para a igualdade de gênero ser alcançada?, pergunta a dirigente sindical Celina Arêas, nova secretária da Mulher da CTB no triênio 2017-2021. A professora mineira iniciou sua atuação sindical no Sindicato dos Professores de Minas Gerais e ajudou a fundar a CTB em Belo Horizonte, em 2007. Já foi secretária de Formação e Cultura e agora assume esse novo desafio em tempos de grandes retrocessos. Foi em Rubim, interior de Minas, que ela iniciou a sua atividade política e também a vida profissional como professora primária. Já participava de movimentos

em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Mais tarde mudou-se para Belo Horizonte, onde fez curso universitário, sem abandonar a militância no movimento estudantil. Depois de formada, passou a atuar no movimento de professores da rede pública e do setor privado. Fez parte da direção do Sindicato dos Professores de Minas Gerais e foi eleita presidenta por duas gestões. “Um dos princípios da nossa central é a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Apesar do caos em que vivemos no Brasil hoje, tenho certeza de que avançaremos no trabalho

iniciado pelas mulheres guerreiras, secretárias da Mulher Trabalhadora da CTB”, diz.

**Mulher de Classe: Qual o maior desafio de assumir a secretaria num momento de forte ofensiva conservadora?**

**Celina Arêas:** Assumir a secretaria numa conjuntura tão imprevisível, instável e incerta nos incentiva a ampliar a luta em defesa da democracia, de um projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho e entender que é dura a luta de classe pelas mudanças nas relações de produção. O movimento específico das mulheres pela emancipação deve atuar tendo a política como orientadora. Somos a maioria da população, metade do mercado de trabalho, temos de cuidar de casa e dos filhos e ainda sofremos todo tipo de agressões. Até quando?

**Como avalia a luta por igualdade de gênero no país hoje?**

2017 foi um ano contraditório, de derrotas no campo social e progressista. E também o ano em que comemoramos 100 anos da primeira greve no Brasil e da Revolução Russa, acontecimentos fundamentais para a história, nos quais as mulheres tiveram protagonismo. Também em 2017, completam-se 10 anos que, pela primeira vez, cria-se no Brasil, uma central sindical que carrega no seu nome mais da metade da população e mais de 48% do mercado de trabalho: a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Como um dos princípios da nossa central temos a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Apesar do caos em que vivemos no Brasil hoje, tenho certeza de que avançaremos no trabalho iniciado pelas mulheres guerreiras, secretárias da Mulher Trabalhadora da CTB: Abigail Pereira, Raimunda Gomes (Doquinha) e Ivânia Pereira. Trabalharemos para ampliar a participação das mulheres nos centros de decisão e do poder político no movimento sindical e em todas as esferas de atuação.

“O golpe foi contra um projeto que pensava um Brasil mais justo com aprofundamento da democracia, da soberania e dos direitos sociais”

**O golpe contra a democracia, que afastou a presidenta Dilma Rousseff, dificultou a vida das mulheres?**

Entendemos que o golpe não foi contra a presidenta Dilma. O golpe foi contra um projeto que pensava um Brasil mais justo com aprofundamento da democracia, da soberania e dos direitos sociais. Nesse período, houve avanço na educação, na saúde, mais pessoas saíram da extrema miséria e aumentou a presença do Estado nas políticas sociais. A presidenta representava esse projeto. Programaram um consórcio parlamentar, jurídico e do capital financeiro para retirar a primeira mulher reeleita democraticamente. Em menos de dois anos, o Brasil só acumula desastres: retirada de direitos, entrega do nosso patrimônio e crise em todos os setores. Ataque às leis trabalhistas, à Constituição Federal e às mais importantes conquistas do povo brasileiro.

**O que o movimento sindical deve fazer para massificar o debate das questões de gênero, mesmo em meio a tantos ataques?**

Penso que o movimento sindical deve sair da teoria e ir para a prática. Assumir como de todo o movimento sindical as principais bandeiras de luta relacionadas com a questão fundamental da emancipação da mulher: realidade da mulher no mercado de trabalho, o problema da violência contra a mulher, defesa de políticas públicas e sobretudo a participação da mulher trabalhadora nos espaços de poder no movimento sindical.

**As mulheres são mais da metade da população, mesmo assim têm cerca de 10% do Congresso. Como mudar essa situação?**

Infelizmente, essa é uma realidade cruel em todas as instâncias: partidos políticos, movimento sindical, Poder Executivo, Legislativo (federal, estaduais e municipais) e Judiciário. Somos da opinião de que não basta ser mulher: precisa ser de classe. Ter consciência de que pertence à classe trabalhadora. Uma das necessidades imprescindíveis é a formação político-sindical-ideológica das mulheres para se convencerem de que são capazes de assumir qualquer espaço de poder.

“Uma deliberação importante do Congresso da CTB foi aprovar a criação da Secretaria Adjunta da Mulher Trabalhadora, ocupada por uma companheira rural, para que a unidade do campo e da cidade se dê também em relação às mulheres”



**Quais os planos para os próximos anos?**

O movimento sindical passa por um momento muito crítico. Esse governo golpista sabe qual o papel do movimento sindical no enfrentamento do golpe e ataca todos os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e tenta calar o movimento sindical com a retirada do sustento financeiro. Isso tem consequência no planejamento que a Secretaria da Mulher Trabalhadora precisa colocar em prática. Enfrentaremos com coragem e

disposição para vencer essa dura realidade.

**Quais as prioridades?**

Estar mais próxima das secretárias estaduais e fazer um planejamento nacional. Assim, avançaremos na luta pela igualdade de gênero. Uma deliberação importante foi o Congresso da CTB aprovar a criação da Secretaria Adjunta da Mulher Trabalhadora, ocupada por uma companheira rural para que a unidade do campo e da cidade se dê também em relação às mulheres.



## JUVENTUDE DE TODO O MUNDO, UNI-VOS!

*Luiza Bezerra é secretária da juventude da CTB*

A crise do capitalismo já dura 10 anos e atinge de maneira mais pesada a juventude e as mulheres. Prova disso são as elevadas taxas de desemprego, subemprego e informalidade entre essa parcela da população. Nesse cenário, é essencial que a juventude mundial consiga se organizar e preparar ações conjuntas a fim de enfrentar o difícil momento que vivemos. Nos últimos meses, a juventude da CTB participou de dois importantes eventos internacionais organizados pela Federação Sindical Mundial (FSM). O 4º Encontro da Juventude da FSM do ConeSul ocorreu na Argentina e reuniu mais de 400 delegados. O 3º Congresso da Juventude da FSM ocorreu na Itália. Na atividade, a CTB indicou o nome de uma jovem mulher para compor o secretariado de Juventude da federação. Para além de serem importantes espaços de formação da Juventude também é uma oportunidade de intercambiar com as realidades de outros países, conhecendo suas demandas, bem como denunciar o desmon-

te do Estado brasileiro e os ataques que a classe trabalhadora vem sofrendo. O golpe no Brasil e a aplicação de uma agenda ultraliberal exige ainda mais unidade de ação por parte dos movimentos populares latino-americanos.

Não é surpresa o governo de Macri na Argentina querer implementar uma reforma trabalhista muito parecida com a aprovada no Brasil. Reformas muito semelhantes já estão em vigor em países como França, Espanha e Portugal. Nesses países, indicadores confirmam que tais medidas foram prejudiciais às suas populações e, mesmo os adeptos à receita neoliberal, já fazem ressalvas a uma política tão severa de desmonte dos direitos. Grandes empresas e bancos se articulam de maneira internacional e jogam peso a fim de aplicar uma agenda de retirada de direitos que apenas beneficia os detentores de capital. É por isso que a classe trabalhadora precisa se organizar em esfera mundial, em especial a juventude e as mulheres por serem as que mais sofrem com as mudanças nas leis trabalhistas.

# Classistas e DE LUTA

A liderança feminina da CTB ganhou reforços em diversas áreas de atuação no 4º Congresso Nacional da CTB

Por Marcos Aurélio Ruy



“Desde a sua criação, a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) enfatizou a importância de se lutar por igualdade entre os gêneros”, diz Celina Arêas, que deixou a secretaria de Formação e Cultura para assumir a secretaria da Mulher Trabalhadora da CTB. “É por isso que tem ‘trabalhadoras’ no nome”. Para Arêas as suas antecessoras na pasta (Ivânia Pereira, Raimunda Gomes e Abigail Pereira) abriram caminho nesta luta emancipatória da mulher, buscando ampliar a sua participação no movimento sindical. O 4º Congresso Nacional da CTB, que aconteceu em Salvador em agosto (foto acima), redefiniu o comando feminino da central, incorporando novos nomes à diretoria e trazendo também novas representantes de outros estados. A ex-secretária da Mulher, Ivânia Pereira, depois de uma belíssima gestão à frente da pasta, passa a ser a primeira vice-presidente da entidade.

Outra novidade foi a criação da Secretaria Adjunta da Mulher Trabalhadora, assumida por Aires Nascimento, que vem da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (Feta-se). Ela afirma que pretende atuar com atenção total à promoção da justiça social e em defesa da igualdade de gênero. “O governo ilegítimo feriu de morte a classe trabalhadora e, principalmente, as mulheres, com a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres, com a reforma trabalhista e a proposta de reforma da previdência”. E alerta: “Tudo isso irá acentuar as desigualdades e a violência contra as mulheres, com tristes notícias estampadas nos jornais todos os dias”.

## Juventude

A Secretaria da Juventude Trabalhadora também ganhou um novo nome: a secretária da pasta é a gaúcha Luiza Bezerra (dos bancários

“Somos uma geração mais empoderada, com menos amarras do peso das regras sociais impostas pelo patriarcalismo”, diz Marilene Pereira, secretária adjunta da Juventude

do Rio Grande do Sul). “A luta por igualdade de gênero é central, ainda mais depois do golpe em nossa democracia”, diz Bezerra. Ela explica que a juventude está sendo muito afetada com a perda do emprego. “Principalmente as jovens mulheres que têm de largar os estudos e o emprego para cuidar dos filhos ou dos idosos da família”.

A secretária adjunta da Juventude é Marilene Faustino Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg). Ela assinala a necessidade de atuação conjunta das duas secretarias - Mulher e Juventude - para promover o empoderamento das jovens trabalhadoras. “Acredito que somos uma geração muito mais empoderada, com menos amarras do peso das regras sociais impostas pelo patriarcalismo. Por outro lado, vejo pouco debate das especificidades das situações que afetam diretamente a mulher jovem”, assinala Pereira. “A juventude tem muita ousadia e coragem para dar nova cara às nossas lutas sindicais”.

## Educação

Uma das novas secretarias criadas no 4º Congresso Nacional da CTB foi a de Políticas Educacionais, assumida pela professora baiana Marilene Betros (na foto, ao lado, junto a dirigentes durante debate sobre educação em São Paulo). Para ela, já era hora de a CTB ter essa secretaria para mostrar que a educação é a base de tudo. “Um país que investe em educação tem um retorno sem parâme-



tros para o seu futuro. Investimentos na educação pública melhoram inclusive o mundo do trabalho com profissionais mais qualificados e conscientes de seus direitos”. Betros, que é dirigente da CTB-BA e da APLB-Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia, afirma que uma educação pública, laica e de qualidade pode trazer um novo olhar para todos os problemas que o país vive hoje. “O nosso objetivo com a Secretaria de Políticas Educacionais é instrumentalizar o movimento sindical e a nossa central para a luta contra esses ataques e lutar pela valorização profissional e por uma educação democrática, como deve ser em um país civilizado”.

Nesta luta, a CTB conta com a parceria de outra liderança feminina comprometida com a educação: Claudete Alves, a presidenta do Sindicato dos Educadores da Infância, o Sedin, que se filiou este ano à central. Uma rede de mulheres atuantes que vai estar à frente das lutas femininas nos próximos anos, defendendo o avanço emancipacionista pelo fim da violência e da discriminação. Afinal, como diz Celina Arêas, uma das fundadoras da CTB, “somos a maioria da população, metade do mercado de trabalho, temos de cuidar de casa e dos filhos e ainda sofremos todo tipo de agressões. Até quando?”. As mulheres da CTB já mostraram que são de luta e estão unidas no trabalho incansável em defesa da igualdade de direitos no mundo do trabalho e na sociedade.



## Cerco às MULHERES

A reforma trabalhista anula direitos básicos e impõe perdas históricas à luta feminista e ao país

Por Natália Rangel

As novas regras trabalhistas que passaram a vigorar no dia 11 de novembro afrontam os direitos de toda a classe trabalhadora, mas é ainda mais perversa com as mulheres, pois retira proteções e garantias específicas para as trabalhadoras. Perderam-se conquistas importantes obtidas através de muito empenho dos movimentos sociais e políticos em promover bem estar e justiça social - e de gênero - no mundo do trabalho. Em um de seus pontos mais polêmicos, a reforma trabalhista altera a CLT no artigo que trata da restrição ao trabalho de gestantes e lactantes em ambientes insalubres, como postos de gasolina e hospitais. O artigo 394-A era claro: "A empregada gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação

e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre". Já o texto da nova lei relativiza o trabalho em situação de insalubridade e requer atestado médico para afastamento da atividade. É uma mudança estratégica que vai constriar muitas trabalhadoras no país a fora a fazer valer seu direito. Sabe-se que, em muitos casos, a funcionária poderá perder o emprego ou sofrer retaliações se optar por pedir afastamento. "A lei enfraquece ainda mais o poder de negociação das trabalhadoras. Em todas as áreas", diz a vice-presidenta da CTB, Ivânia Pereira, ex-secretária da Mulher Trabalhadora.

Ela destaca outro aspecto das novas regras que vai precarizar as relações de trabalho no país, com

efeitos de curto, médio e longo prazo: a aprovação do negociado sobre o legislado: "Antes, os acordos e convenções coletivas só valeriam mais do que a lei se fossem melhores para o trabalhador/ trabalhadora. Ou seja, a Lei (CLT) era o mínimo."

Agora, o risco é virar realidade a lógica do "manda quem pode, obedece quem tem juízo", já que, principalmente em tempos de crise, a força de negociação do trabalhador fica comprometida e contratos desvantajosos para o empregado, com salário inferior ao mínimo, por exemplo, poderão ser efetivados com amparo legal. E este incentivo à terceirização e ao trabalho intermitente também vai afetar mais as mulheres, que são maioria nas atividades terceirizadas. Segundo estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os empregos em setores terceirizados, como limpeza e suporte técnico, tendem a ter salários 27% mais baixos quando comparados com áreas que contratam funcionários diretamente. Eles têm alta rotatividade de trabalhadores. O índice de dispensas chega a 80 em 100 contratações por ano, enquanto que, nos contratos regulares, a proporção é de 40 demissões para 100 vínculos de emprego.

Ao adotar a flexibilização geral e irrestrita, a nova legislação vai impactar também um campo de trabalho majoritariamente feminino: o emprego de doméstica. A "legalização" do trabalho informal esvazia a emenda constitucional das Domésticas, importante conquista da categoria aprovada em 2015, que regulamentou a profissão. A se confirmar, irá liquidar com a esperança de que a regulamentação do trabalho doméstico pusesse fim à exploração e aos abusos reportados no setor há décadas.

### Congresso: resistência feminina

O dia em que a reforma trabalhista foi aprovada teve atuação marcante de cinco senadoras que ocuparam a mesa e tentaram impedir a votação da matéria. São elas Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lídice da Mata (PSB-BA), Gleisi Hoffmann (PT-PR),

A "legalização" do trabalho informal pode esvaziar a PEC das Domésticas, importante conquista da categoria obtida em 2015 após anos de batalha



Fátima Bezerra (PT-RN) e Regina Sousa (PT-PI). Elas atrasaram por algumas horas o início dos trabalhos. Um blecaute na casa foi solicitado pela presidência do Senado para tentar demover as senadoras - a falta de luz também foi prolongada e virou manchete nos jornais. Ainda que não tenha impedido a ampla vitória dos setores mais atrasados do governo, o ato de resistência das parlamentares foi simbólico e representou a indignação de milhares de mulheres em todo o país.

## Educação: pilar para o desenvolvimento de uma nação



Marilene Betros é secretária nacional de Políticas Educacionais da CTB

O governo golpista de Michel Temer e o Parlamento mais retrógrado de nossa história atacam a educação pública em todos os níveis.

A CTB sempre pautou a luta incondicional por uma educação pública, gratuita, inclusiva, laica e de qualidade socialmente referenciada por considerar a Educação como um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma nação. Sabemos que este é o caminho para elevar a consciência dos trabalhadores/as para o combate à exclusão, à concentração de renda e às disparidades regionais e sociais, o que exige ações políticas e sociais articuladas. No âmbito mundial os problemas da educação se acentuam a cada dia. A crise capitalista global, as guerras imperialistas e as grandes corporações transnacionais retiram os direitos de todos os trabalhadores, inclusive os da educação. A redução dos salários, a mercantilização e privatização da educação, o desrespeito aos direitos trabalhistas, a limitação das liberdades sindicais e democráticas e a criminalização dos professores e dos movimentos são algumas das medidas implementadas pela maioria dos governos nos cinco continentes.

No Brasil, o golpe de Estado que se consumou com o impeachment da presidenta Dilma em 31 de agosto de 2016 veio para frear os avanços da classe trabalhadora. O governo golpista de Michel Temer e o Parlamento mais retrógrado de nossa história atacam a educação pública em todos os níveis. A aprovação da EC 95/2016 que congela os investimentos no serviço público, principalmente na saúde e educação, por 20 anos, concomitantemente aos salários das servidoras e servidores, se fundamenta na perspectiva neoliberal que só prioriza os interesses do capital, principalmente os dos rentistas pois garante o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Essa e outras medidas como a reforma trabalhista, já em vigor, e a proposta de reforma da Previdência adotada pelo governo Temer geram impactos negativos sobre a população brasileira e tiram o olhar do verdadeiro foco do problema que é a crise de um modelo econômico.

Muitas universidades federais estão tendo dificuldades até para realizar vestibulares para novas turmas. Programas sociais como o Universidade Para Todos (ProUni) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) estão praticamente extintos.



Outro sopapo na educação foram as mudanças de destino dos royalties do pré-sal e do fundo social do petróleo. Estava previsto que viriam para a educação 75% do pré-sal e 50% do fundo social. De cara, o corte promovido retirou do orçamento do Ministério da Educação R\$ 4,3 bilhões. Vínhamos avançando mesmo que com dificuldades e construímos um Plano Nacional de Educação (PNE) para a melhoria da qualidade da educação. A lei do PNE estabelece 20 metas a serem atingidas nos próximos 10 anos. Com isso teríamos infraestrutura e formação para os docentes. Tudo isso está ameaçado. Os cortes orçamentários atingiram em cheio as universidades públicas prejudicando os investimentos em pesquisa. Muitas universidades federais estão tendo dificuldades até para realizar vestibulares. Programas sociais como o Universidade Para Todos (ProUni) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) estão praticamente extintos. E para piorar, existe

o projeto Escola Sem Partido, que visa uma educação autoritária, censurando o trabalho das educadoras e educadores de transmitir às crianças e jovens toda a diversidade cultural, social e política do país.

A principal linha de ação de todas as políticas para a educação que estão sendo implantadas atualmente vai no sentido da privatização da educação pública. Assim, refletir sobre os graves prejuízos à qualidade educacional, decorrentes das políticas privatistas é imperativo para a nossa estratégia de luta. Precisamos de muita organização e unidade nesse setor. Por isso, a CTB criou a Secretaria de Políticas Educacionais para acompanhar ainda mais de perto as discussões sobre a educação e desenvolver a luta à altura do desafio imposto nesse cenário de retomada da pauta neoliberal para que a culpa da crise não recaia nos ombros dos/as trabalhadores/as.

## Reforma da Previdência e o impacto NA VIDA DA TRABALHADORA DO CAMPO

Com discurso de déficit, a classe dominante representada pelo consórcio envolvendo o “presidente” da República, grande parcela do congresso nacional e setores do judiciário narra um discurso de falência e/ou futura incapacidade de manutenção da previdência. O investimento pesado em aprovar uma reforma previdenciária vem ganhando peso na sociedade, na medida em que a mídia comprometida com esse consórcio, vem propagando esse conceito de déficit como verdade absoluta investindo na internalização de ideias. Dados apresentados pela pesquisadora do Instituto de Economia da UFRJ, Denise Lobato, desmentem este discurso: “O sistema de seguridade social apresenta receitas que têm bases amplas e diversificadas e é financeiramente sustentável, apresentando grande potencial para a expansão de gastos sociais. Não há qualquer sintoma de crise na seguridade social e nem na previdência, à revelia do que é amplamente divulgado pela visão liberal-conservadora dominante”.

Para a autora, esse discurso de déficit visa única e exclusivamente a implementação de um novo modelo previdenciário de cunho privado, atendendo assim, aos interesses de grandes empresários da área. Diante das afirmativas, fica claro que a Reforma da Previdência tem um recorte de gênero na medida que, da classe trabalhadora, as mais prejudicadas com a reforma serão as mulheres. Fato esse que se reproduz ao longo de nossa história, como nos chamou a atenção Simone de Beauvoir: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você



Katia Gaivoto é vice-presidenta da CTB-MG

terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.” Segundo o relator da reforma da previdência na Câmara dos Deputados, só caberia um olhar diferenciado para a aposentadoria especial das mulheres casadas e justifica: “Se você é uma mulher casada, tem filho, cumpre jornada no seu trabalho e chega em casa tem que cuidar de filho, marido etc, é um fato a ser considerado. A mulher que é solteira, que não tem filho, por que vai ter uma diferença em relação ao homem?” (2017, deputado federal Arthur Maia, relator da comissão especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 287).

Foi com este tipo de pensamento arraigado de machismo que a comissão da reforma da previdência na câmara dos deputados pautou os debates dos rumos da previdência social brasileira. Para as mulheres do campo, é desumana a proposta de mudança na forma de contribuição à previdência. Hoje os trabalhadores assalariados rurais têm o desconto normal em seu registro na carteira assinada, já os produtores rurais, meeiro,

“Se faz necessário refletir sobre as consequências nefastas da reforma na vida das trabalhadoras do campo, que depositam na aposentadoria rural a garantia de qualidade de vida no futuro. Com a reforma, será negado a elas o direito à dignidade humana”

arrendatários rurais, ao vender sua produção, aplica-se uma alíquota de 2,1%, como aponta o Instituto de Estudos Previdenciários, que se destina à Seguridade Social. Desde que exerçam suas atividades em regime de economia familiar. Este ponto também sofrerá alteração com a proposta da reforma da PEC 287 onde se propõe acrescentar mais uma contribuição, sendo individual e obrigatória. Porém a realidade da roça mostra que quem trabalha no campo, convive cotidianamente a mercê dos resultados que terão de sua safra, que por vez depende de fatores inerentes a eles, como o climático. Portanto, esses trabalhadores e trabalhadoras não podem contar com dinheiro mensalmente, logo como pagar essa contribuição individual a todos os membros da família? Se considerarmos a probabilidade de a família ter que escolher somente um para fazer a contribuição, o resultado recairá no recorte de gênero, pois certamente escolherão o homem, abalizado como “provedor” da família.

Mais uma vez, as mulheres trabalhadoras rurais serão penalizadas, pois certamente acabarão se submetendo a esta condição em razão da situação financeira de sua família. O que tornará mais distante a possibilidade do empoderamento dessas mulheres, pois sem a perspectiva de adquirir esse direito fruto de sua atividade laboral, se voltariam para os afazeres domésticos.

Levando em consideração o papel constitutivo do trabalho na formação humana, e para as mulheres sinônimo de emancipação de condições opressoras. Consideramos essa proposta de reforma ou “deforma” da Previdência um retrocesso a um processo de independência financeira que se vem construindo com muita dificuldade ao longo de muitos anos.

Considerando aqui, qualidade de vida de acordo com o conceito desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (1998, OMS): “Qualidade de vida reflete a percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas ou, ainda, que lhes estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e auto-realização, com independência de seu estado de saúde físico ou das condições sociais e econômicas”. Nessa perspectiva, se faz necessário refletir sobre as consequências nefastas da reforma da previdência na vida das mulheres trabalhadoras do campo que depositam na aposentadoria rural a garantia de qualidade de vida. Com a reforma, será negado a elas o direito à dignidade humana.





## OS DEZ ANOS DE CTB E A LUTA FEMINISTA

Nesse momento histórico, me vêm à lembrança as palavras de Eduardo Galeano: “A memória é um ponto de partida”. E é justamente esse ponto de partida que a minha memória registrou. A fundação da CTB foi um marco que deu nome próprio ao Sindicalismo Classista que defende o sindicalismo como projeto político claro de lutar pela perspectiva do socialismo. E sua concepção emancipacionista da classe trabalhadora deu nome próprio também à luta das mulheres pela igualdade e contra a opressão. O reconhecimento da importância do contingente feminino no mundo do trabalho e na vida sindical está consolidado não apenas em seu estatuto. É a única central que demarca o gênero em sua nomenclatura! Ao propor-se a lutar em todos os espaços contra as mais diferenciadas formas de opressão e pela efetiva emancipação da mulher na sociedade, a CTB reforça o entendimento de que a luta de gênero é vital para a classe trabalhadora no enfrentamento à dominação do capital.

Percorremos o país levando o debate de gênero para dentro das entidades sindicais, estimulando a participação mais efetiva das

trabalhadoras nos órgãos de direção. Reforçamos a importância de cláusulas específicas nas convenções coletivas, especialmente em relação à proteção à maternidade e no combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. A campanha pelo projeto de lei pela igualdade salarial foi outro grande momento da atuação da secretaria, reforçada pela ação de toda a diretoria da Central, buscando a desmistificação dos conceitos históricos que colocam a mulher em condição de inferioridade na sociedade e no mundo do trabalho.

Participamos de inúmeros fóruns nacionais e internacionais buscando o empoderamento das mulheres, seja no âmbito profissional, familiar, político e ou social. Nos governos Lula e Dilma obtivemos vitórias significativas na ampliação de políticas públicas: a Lei Maria da Penha, por exemplo, marco do combate à violência contra a mulher, a ampliação da licença maternidade para 180 dias, ainda o combate à pobreza, através da valorização do salário mínimo e da adoção do Bolsa Família.

No entanto, o golpe que derrubou a presidenta Dilma repercutiu profundamente contra as

Hoje as mulheres do campo são responsáveis por quase metade (42,4%) da renda familiar, segundo o IBGE - índice superior ao registrado entre as mulheres que vivem nas cidades.

conquistas de décadas de nossa luta. A reforma trabalhista atingirá sobretudo as mulheres, que são as mais expostas ao trabalho precário. O congelamento de investimentos na educação, saúde e educação é uma tragédia anunciada que atingirá grotescamente a classe trabalhadora. E ainda temos a questão da reforma da Previdência que, se aprovada, poderá significar o fim da aposentadoria por tempo de serviço. É grave a crise do capitalismo no Brasil e no mundo. É delicada a situação das mulheres nessa onda conservadora, misógina e às vezes extremista que se apresenta com força na sociedade. O momento exige coragem para enfrentar o capitalismo e suas saídas às custas dos trabalhadores, às custas do empobrecimento e da entrega da nação. É a hora de construir uma ampla frente em defesa da democracia e contra o retrocesso social que já se apresenta em todos os setores.

É justamente nesse momento que nossa memória há de servir. Porque tudo o que conquistamos teve um caminho a ser percorrido e não

foi outro que não o da luta, o da superação, o da busca de unidade e da amplitude com outras forças sociais. A história demonstra que o avanço das conquistas das mulheres andou lado a lado com o avanço das lutas sociais e essa é a perspectiva que não podemos abandonar. Nós, trabalhadoras, que mostramos nossa força na CTB em todas as jornadas de luta desta década, nas grandes questões de gênero, sindicais, políticas e sociais, temos a convicção de que seguiremos rompendo barreiras e deixando nossa marca na memória da luta da classe trabalhadora e da CTB. Deixo com vocês um pensamento que muito diz sobre os tempos que vivemos e que estão por vir. “Temos que acreditar que novos ventos soprarão... É por isso que o pássaro pode cantar: em seu dia mais escuro/Ele acredita na primavera”. Eu também! Viva a luta das mulheres.

É justamente nesse momento que nossa memória há de servir. Porque tudo o que conquistamos teve um caminho a ser percorrido e não foi outro que não o da luta, o da superação, o da busca de unidade e da amplitude com outras forças sociais.



## Violência contra a mulher cresce com Temer

Apesar dos dados alarmantes, governo corta verba de políticas públicas para a área

Por Marcos Aurélio Ruy

O 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre a violência no país no ano passado assusta. O levantamento mostra que ocorreram 61.619 assassinatos de homens e mulheres, ou seja, 168 mortes violentas por dia, sete por hora, um crescimento de 3,8% em relação a 2015. Mesmo assim,

os governantes cortaram 2,6% dos gastos com segurança pública, sendo que o governo federal investiu 10,3% a menos. A novidade fica pelo susto, uma vez que o fato não surpreende diante do que vem ocorrendo no país desde o golpe contra Dilma Rousseff. “A violência vem aumentando assustado-

ramente e, ao que tudo indica, com o sucesso do golpe as mulheres continuam sendo as maiores vítimas”, diz Celina Arêas, professora, dirigente sindical e secretária da Mulher Trabalhadora da CTB.

De acordo com o levantamento, foram registrados 49.497 estupros em 2016, crescimento de 3,5% em relação a 2015. Lembrando que, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apenas 10% das vítimas denunciam esse tipo de crime no país, o que significa que ocorrem quase meio milhão de estupros por ano. A maioria das vítimas tem menos de 16 anos. “Vivemos uma guerra sem fim, principalmente nós mulheres que vemos todas as nossas conquistas serem retiradas com esse governo golpista”, afirma a sindicalista Aires Nascimento, secretária adjunta da Mulher Trabalhadora da CTB. Além disso, foram assassinadas 4.657 mulheres no ano passado, um assassinato a cada duas horas. “E ainda o Senado aprova mudança na Lei Maria da Penha dificultando às vítimas o acesso mais rápido à proteção do Estado”, denuncia.

### Patriarcalismo

Para a sindicalista, a violência de gênero é fruto da ideologia patriarcal que predomina ainda no século 21. “Mesmo com as conquistas de espaços esta opressão persiste. A cultura do estupro coloca a mulher como mero objeto e propriedade do homem”. No congresso, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) cobrou do governo federal a ampliação das políticas públicas de proteção social. Ela apresentou em plenário dados mostrando o crescimento da violência contra as mulheres, ao mesmo tempo que o governo vem reduzindo verbas de programas de combate ao problema. “O quadro é desolador. A violência cresce na proporção da crise, do desemprego e do pouco caso com os direitos humanos. Só conquistaremos respeito com mais atuação na política e no movimento sindical, impondo a nossa voz”, diz Aires Nascimento.



## Conferência nacional debate saúde da mulher

As mais de 1,8 mil pessoas presentes na 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, em Brasília, em agosto deste ano, definiram como eixo fundamental do debate a necessidade de reestruturação do sistema de saúde, levando em consideração as especificidades femininas, com destaque para o combate à violência. O tema da conferência foi “Saúde das Mulheres: desafios para a integralidade com equidade”. Mas o ponto central defendido pelos diversos setores da sociedade presentes no encontro ainda é a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), cujo desmonte promovido em escala federal acarretará prejuízos irreparáveis ao atendimento do público em geral, e da mulher, em particular. “O Ministério da Saúde quer acabar com o SUS e entregar o atendimento para as mãos de empresários que só visam lucro”, denuncia Elgiane Lago, secretária da Saúde da CTB.



# A CONSCIÊNCIA NEGRA na conjuntura do golpe

Mônica Custódio é secretária de Igualdade Racial da CTB

“De acordo com o Atlas da Violência, a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. Podemos falar também das diferenças salariais que são abissais, maiores ainda nas relações de gênero”

Estamos vivendo uma agenda de retrocesso do ponto de vista nacional e internacional, consequência de uma política que ainda segue o refluxo da crise econômica mundial de 2007. Que desestabilizou a economia global, e que também retrata um novo momento de mobilidade política e econômica internacional. Com essa nova geopolítica, caminham juntas lutas emancipatórias e de recrudescimento. O recrudescimento é a face do neoliberalismo que fortalece a extrema direita, que se materializa no avanço do imperialismo sobre as soberanias, suas populações, e seus recursos renováveis, minerais, fósseis e hídricos, a exemplo de sucessivos conflitos

e migrações em várias regiões do mundo. A América Latina é o que temos de mais próximo dessa realidade, tendo como referência o Brasil e a Venezuela.

Nessa conjuntura de golpe, o momento é de fortalecer os movimentos sociais, em especial o sindical, buscarmos a formação individual e coletiva, aprofundarmos os conhecimentos teóricos e práticos sobre os duelos nas lutas que cercam ideologicamente os movimentos sociais e reafirmar o sindicalismo classista. A CTB na comemoração dos seus 10 anos vem se edificando e tendo um papel protagonista e de fundamental importância na busca pela unidade dos



“O ano que se aproxima marca os 130 anos da Abolição da escravatura. A abolição lenta (Lei da Terra 1850), gradual (Lei dos sexagenários 1885) e segura (Lei do ventre livre 1871), que ensaiou uma ‘liberdade’ que ainda não cantou”

trabalhadores, em defesa da nação, do soerguimento da indústria, entendendo esta como força motriz para o desenvolvimento nacional, e em defesa do emprego e da dignidade daqueles que sustentam esse país. E neste cenário, a relevância dos movimentos sociais e das organizações políticas que sustentam e asseguram a democracia, como bem maior de um povo.

## 130 anos da Abolição

O ano que se aproxima traz um cenário de grande significância, um ano eleitoral, e marca os 130 anos da Abolição da escravatura. A abolição lenta (Lei da Terra 1850), gradual (Lei dos sexagenários 1885) e segura (Lei do ventre livre 1871), que ensaiou uma “liberdade” que ainda não cantou. O último país a constituir a abolição, com

a maior população negra fora de África, e que a contragosto, e com todo eugenismo, genocídio e miscigenação forçada, os pretos e os pardos são maioria da população brasileira conforme o censo de 2010. É em meio a esta conjuntura que a ONU apresenta como objetivo para a redução dos conflitos, pela busca da igualdade e valorização das vidas negras o tema: “Brasil na década dos afrodescendentes: Reconhecimento, Justiça, Desenvolvimento e Igualdade de Direitos”. O tema não representa a conjuntura na qual o governo ilegítimo de Temer inseriu a população negra. Precisamos reagir ao desmonte do estado, ao racismo institucional, que nos traz violência cotidiana de forma direta e indireta, seja pela falta de tratamento digno que ceifa tantas vidas nos hospitais públicos principalmente de nossas mulheres jovens e idosos. A violência da PEC 215, que discorre sobre as remoções dos povos indígenas e quilombolas, negando nossa contribuição histórica. Podemos citar o aumento da violência contra as mulheres, e em especial as mulheres negras, citamos o genocídio de nossa juventude, sendo a taxa de homicídio uma das mais altas do mundo. Podemos falar também das diferenças salariais que são abissais. Em geral a média das diferenças salariais entre homens negros e não negros chega a 50%. E nas relações de gênero esse percentual se torna maior.

O dia Nacional da Consciência Negra foi mais um dia de reflexão, denúncia, mobilização e ação, aonde as coisas acontecem, nas cidades, nos bairros, nas casas e onde mais o racismo institucional se apresenta com força, que é onde nossa população tem sofrido intolerância religiosa, lesbofobia, homofobia, feminicídio, e o genocídio de toda forma. Saudações Quilombolas! Viva Nizinga, Zumbi, Tereza de Benguela, e vida longa a você heroínas e heróis que leva a luta antirracismo, em defesa de nossas vidas, por quê vidas negras importam!!

# 16 dias de ativismo

## Ação mundial contra a violência

Campanha adota a cor laranja como símbolo e homenageia as três irmãs e ativistas dominicanas assassinadas pelo ditador Trujillo

Por Érika Ceconi



Edifícios e monumentos históricos em várias cidades de todo o mundo ganharam uma iluminação laranja no dia 25 de novembro marcando o início da campanha global “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”, que terminou no dia 10 de dezembro. A campanha acontece há quatro anos e é coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU Mulheres). Neste ano o Brasil, China, Bangladesh, Libéria, Marrocos, México, Turquia, Colômbia, Argélia e África do Sul estiveram entre os mais de 100 países que participaram da

iniciativa. Em 2016, 105 nações aderiram à ação que busca conscientizar a população contra a violência praticada contra as mulheres.

A cor escolhida é símbolo da luta contra a violência de gênero e a data - 25/11 - homenageia três irmãs dominicanas: Patria Mercedes, Minerva Argentina e María Teresa Mirabal Reyes. Elas foram brutalmente assassinadas durante a ditadura de Rafael Leónidas Trujillo de Molina (1930 a 1961), na República Dominicana.

### Movimento 14 de Junho

Considerado um dos mais autoritários e sanguinários ditadores da América Latina, para aterrorizar a população, além de usar a violência, a tortura e o assassinato, Trujillo exigia favores sexuais às dominicanas em troca de deixar suas famílias em paz. Caso contrário, ele declarava seus pais e maridos inimigos públicos e os prendia. As irmãs Mirabal (à dir.) eram ativistas da luta pela libertação da República Dominicana. Por se negar ao assédio, Minerva foi presa e torturada em 1947. Ela e suas irmãs militaram no Movimento 14 de Junho, formado por jovens, estudantes, artistas e intelectuais em oposição ao regime militar. O nome do grupo faz alusão ao dia em que a população tentou, sem sucesso, derrubar o ditador. As irmãs se identificavam no movimento clandestino pelo apelido de Mariposas. Em 1960, a organização foi descoberta e seus integrantes presos, entre eles Las Mariposas. Em maio, foram julgadas em Santo Domingo com seus maridos por “atentar contra a segurança do Estado dominicano” e condenadas a três anos de prisão.

No entanto, em mês de agosto daquele ano, elas passaram para a prisão domiciliar e tinham permissão para sair de casa duas vezes na semana: domingo para ir à missa e o outro dia para visitar seus maridos presos na capital do país.

“Trujillo exigia favores sexuais às dominicanas em troca de deixar suas famílias em paz. Caso contrário, ele declarava seus pais e maridos inimigos públicos e os prendia.”



Em novembro, Trujillo mandou transferir seus respectivos cônjuges para a prisão de Puerto Plata, que ficava a duas horas de onde viviam. Em uma das viagens para visitar os esposos, elas foram detidas e assassinadas a golpes junto com o motorista Rufino de La Cruz, quando voltavam para casa. O episódio gerou grande comoção e revolta, contribuindo para a queda do ditador que no dia 30 de maio de 1961 foi assassinado.

### Las Mariposas

Durante o Primeiro Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho realizado na capital colombiana Bogotá em 1981 a data da morte das irmãs Mirabal foi sugerida para ser o Dia Latino-Americano e Caribenho de luta contra a violência à mulher. A Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu o 25 de novembro como o Dia Internacional da não Violência contra a Mulher e o início da campanha mundial em defesa dos direitos das mulheres, que prepara ações simultâneas, durante dezesseis dias, em várias partes do mundo e é encerrada no Dia Mundial dos Direitos Humanos. Com o objetivo de imortalizar a memória das Mariposas criou-se a Casa Museo Hermanas Mirabal, em 1994. O local, que foi a casa onde elas viveram seus últimos dez meses, era mantido e gerido por Bégica Adela Mirabal (Dedé) irmã sobrevivente ao regime – ela não se envolveu diretamente na luta contra a ditadura em seu país. Dedé cuidou dos seus sobrinhos após a morte de suas mães, ela faleceu em 2014, aos 88 anos.

# ACABAR COM A PREVIDÊNCIA É O FIM DO MUNDO!

Lutar agora para garantir a sua aposentadoria

